

*Anísio Teixeira:*  
*El gran defensor de la escuela pública brasileña*

*Rosimar Esquinsani*  
*Valdocir Antonio Esquinsani*

**Resumen**

---

El artículo presenta los resultados de una investigación bibliográfica guiada por la metodología analítica-reconstructiva, con el objetivo de reconstruir algunos de los argumentos de Anísio Spínola Teixeira (1900 - 1971) en apoyo de la escuela pública brasileña, siendo el autor uno de los grandes pensadores de la educación brasileña en el siglo XX. El texto sitúa al pensador en su tiempo para encontrar argumentos en torno a la cuestión: a) la perspectiva nacionalista; b) la escuela pública se combina con la democracia y; c) la garantía de acceso universal. En conclusión, se confirma la importancia del pensamiento del educador para la construcción de discursos y prácticas en defensa de la escuela pública brasileña.

**Palabras clave:** Anísio Teixeira, escuela pública, pensamiento educativo.

---

**Autor/a**

*Rosimar Esquinsani*

Rosimar Serena Siqueira Esquinsani

Doutora em Educação. Professora e pesquisadora da Universidade de Passo Fundo/UPF, Passo Fundo, Rio Grande do Sul. Brasil. Pesquisadora CNPq. Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS)

rosimaresquinsani@upf.br

*Valdocir Antonio Esquinsani*

Mestre em Letras. Professor e pesquisador da Universidade de Passo Fundo/UPF.

valdocir@upf.br

### Abstract

---

The paper presents results of a bibliographic research guided by analytical-reconstructive methodology, aiming to rebuild some of the arguments of Anísio Spinola Teixeira (1900 - 1971) in support of the Brazilian public school, taking the author as one of the greatest thinkers of Brazilian education in the twentieth century. The text places the thinker in his time finding arguments around the issue: a) the nationalist perspective; b) the paired public school with democracy and, c) the guarantee of universal access. In conclusion, confirms the importance of thinking of the educator for the construction of discourses and practices in defense of the Brazilian public school.

**Keywords:** Anísio Teixeira, public school, educational thinking, bibliographic research.

---

### Resumo

---

O texto apresenta resultados de uma pesquisa bibliográfica pautada por metodologia analítico-reconstrutiva, objetivando reconstruir parte dos argumentos de Anísio Spinola Teixeira (1900 - 1971) em defesa da escola pública brasileira, tomando o autor como um dos maiores pensadores da educação brasileira no século XX. O texto posiciona o pensador em sua época, localizando argumentos em torno do tema: a) a perspectiva nacionalista; b) a escola pública emparelhada com a democracia e, c) a garantia da universalização do acesso. Como conclusão, ratifica a importância do pensamento do educador para a construção dos discursos e práticas em defesa da escola pública brasileira.

**Palavras-chave:** Anísio Teixeira, escola pública, pensamento educacional, pesquisa bibliográfica.

---

O ano de 2016 marcou os 45 anos da ausência física do educador brasileiro Anísio Spínola Teixeira (Caetité/Bahia, 1900 – Rio de Janeiro/Rio de Janeiro, 1971), um dos maiores defensores da escola pública brasileira, tanto através de seus escritos quanto - e sobretudo -, em suas ações políticas e projetos de sociedade.

Desta feita, o texto apresenta resultados de uma pesquisa bibliográfica pautada por metodologia analítico-reconstrutiva, cujo escopo incidiu sobre a reconstrução de parte dos argumentos de Anísio Teixeira em defesa da escola pública brasileira, considerando o autor como um dos maiores pensadores da educação brasileira no século XX.

Para dar conta do objetivo, foi constituído um corpus de análise envolvendo textos produzidos pelo educador Anísio Teixeira em defesa da escola pública ao longo do século XX, em especial anos 1950 e 1960 –auge da produção do pensador-. O corpus documental foi examinado a partir da metodologia da análise de conteúdo, utilizando-se a técnica da análise temática, onde o “[...] tema é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado, segundo critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura”<sup>1</sup>.

Cumpram também registrar que o texto apresentado faz parte dos resultados parciais de uma pesquisa que objetiva discutir políticas para a educação pública brasileira, enquanto tema candente na composição da agenda educacional.

## BREVE BIBLIOGRAFIA

Anísio Spínola Teixeira nasceu em Caetité - estado da Bahia, nordeste brasileiro -, em 12 de julho de 1900, sendo filho de família abastada, proprietária de terras e prestígio político. Fora inicialmente educado por preceptoras, tendo iniciado seus estudos formais em 1911, no Instituto São Luiz Gonzaga, colégio jesuíta de Caetité, completando o curso secundário em 1914, no colégio Antonio Vieira, no ano de 1914, também jesuíta<sup>2</sup>. Completou sua formação acadêmica bacharelando-se “em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, em 1922”<sup>3</sup>.

Com apenas 24 anos, foi nomeado pelo governador Góis Calmon inspetor geral do Ensino no estado da Bahia. Logo viajou à Europa (1925) e aos Estados Unidos (1927) para conhecer novos sistemas de ensino, com o intuito de aperfeiçoar os serviços de educação na Bahia. Em 1928, seguiu para um curso de pós-graduação no Teachers College da Columbia University, em New York, lá recebendo o título de Master of Arts, em 1929. Foi nesse período que conheceu o influente filósofo e educador John Dewey, cujas ideias passou a difundir no Brasil.

Terminada sua gestão na Bahia em 1929, Anísio transferiu-se para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e, a convite do então prefeito Pedro Ernesto, substituiu o educador

---

<sup>1</sup> Laurence Bardin, *Análise de Conteúdo* (Lisboa: Edições 7, 2007), p. 101.

<sup>2</sup> Clarice Nunes, “Anísio Teixeira entre nós: A defesa da educação como direito de todos”, *Educação & Sociedade*, ano XXI: Nº 73 (Dezembro 2000).

<sup>3</sup> Clarice Nunes, “Anísio Teixeira entre nós”, p. 10.

paulista e seu amigo Fernando Azevedo à frente da educação, realizando, de 1931 a 1935, uma gestão que o projetaria nacionalmente.

Em 1932, assinou o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, junto com os principais educadores do país, entre eles Fernando de Azevedo, Afrânio Peixoto, Lourenço Filho, Mário Casasanta, Cecília Meirelles e Paschoal Leme, pregando uma “nova educação para uma civilização urbana e industrial”.

Entre 1937 e 1945, Anísio Teixeira permanece na Bahia e se dedica à exploração e exportação de manganês, calcário e cimento, à comercialização de automóveis e à tradução de livros para a Companhia Editora Nacional. Em 1946, recebe o convite de Julien Sorell Huxley, primeiro-secretário executivo da Unesco, para assumir o cargo de Conselheiro de Ensino Superior, o que aceita apenas por um período de experiência, tendo recusado sua inserção definitiva no staff desse órgão, dentre vários motivos, pelo convite que recebeu de Otávio Mangabeira, governador da Bahia, para ocupar a Secretaria de Educação e Saúde desse estado, posto no qual permanece até o início da década de 1950<sup>4</sup>.

Realizou uma gestão memorável como secretário, na qual se destaca a construção, em 1950, do Centro Popular de Educação Carneiro Ribeiro, a Escola Parque, em Salvador, onde iria introduzir e testar novas concepções de educação, mesmo após o encerramento de sua gestão.

Nesse mesmo ano, Anísio, a chamado do ministro da Educação Simões Filho, organizou a Capes - Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior - e, em 1952, passou a acumular a Secretaria Geral desta última com a direção do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - Inep.

Como Diretor do INEP, Anísio Teixeira criou o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) com o intuito de coordenar estudos sociológicos, antropológicos, estatísticos e históricos sobre a realidade brasileira. Além dele, foram criados os Centros Regionais de Pesquisas Educacionais em Belo Horizonte, Recife, Salvador, São Paulo e Porto Alegre que realizavam diversos trabalhos articulados com as universidades dessas cidades e com a Secretaria de Educação e Saúde do Estado, no caso específico de Salvador<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> Clarice Nunes, “Anísio Teixeira entre nós”, p. 11.

<sup>5</sup> Clarice Nunes, “Anísio Teixeira entre nós”, p. 12.

Anísio foi um dos idealizadores da Universidade de Brasília (UnB), fundada em 1961, tendo entregue a Darcy Ribeiro, que considerava seu sucessor, a condução do projeto dessa universidade. Em 1963, tornou-se reitor da UnB.

O golpe militar de 1964 afastou-o da Capes e da Reitoria da Universidade de Brasília. Após 1964, passou um período nos Estados Unidos, a convite de universidades americanas, e outro no Chile, onde participou do processo de reestruturação da universidade, a convite do governo daquele país. Voltou ao Brasil em 1965 e, em 1966, tornou-se consultor da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Próximo ao momento da eleição que o faria membro da Academia Brasileira de Letras, em março de 1971, foi encontrado morto no fundo do poço de um elevador, em um edifício da avenida Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, onde morava Aurélio Buarque de Holanda, a quem Anísio pretendia pedir o voto para a academia.

Anísio Teixeira escreveu muito, construiu diversas escolas e bibliotecas, modernizou a educação brasileira em todos os sentidos e contribuiu diretamente para a construção da Universidade do Distrito Federal (1935) e da Universidade de Brasília (1961), dois marcos da renovação da universidade brasileira. Dentre suas obras destacam-se: Aspectos americanos da educação (1928); Educação progressiva: uma introdução à filosofia da educação (1934); Educação para a democracia (1936); em colaboração com Maurício Rocha Silva, Diálogo sobre a lógica do conhecimento (1968); Educação é um direito (1968); Educação não é privilégio (1968); Educação para o mundo moderno (1969) e Ensino superior no Brasil (1989, póstuma).

## ANÍSIO TEIXEIRA E O CONTEXTO DE DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA (ANOS 1950 - 1960)

Anísio Spínola Teixeira figura como um dos protagonistas fundamentais da experiência histórica educacional recente no Brasil. O alcance de suas teorias e a envergadura moral e política de suas ações referendam esse protagonismo, calcado em uma trajetória profissional admirável assinalada pela “persistência na defesa da democracia e da educação para a democracia, que constituiu o motivo central de devotamento da sua vida. Essa defesa não é apenas apaixonada. É polida por uma filosofia da educação e uma compreensão aguda da história da sociedade brasileira”<sup>6</sup>. O pensamento anísiano pode, assim, ser alicerçado a partir de alguns princípios, dentre os quais o escolanovismo.

A Escola Nova – enquanto movimento pedagógico e político - colocou-se como um eco à nova sociedade, à nova realidade, vinculando-se estreitamente com a realidade contextual vivida: “...a teoria da Escola Nova propunha que a educação fosse instigadora da mudança social e, ao mesmo tempo, se transformasse porque a sociedade estava em

<sup>6</sup> Clarice Nunes, “Anísio Teixeira entre nós”, p. 13.

mudança”<sup>7</sup>.

As principais denúncias encampadas pelo movimento da Escola Nova davam conta de que a escola tradicional e elitista não mais estava cumprindo seu papel, dadas as modificações sociais que tinham vindo junto com a modernidade, já que se embasava, entre outros elementos, em uma metodologia inadequada:

...atividade escolar consiste em “aulas”, que os alunos “ouvem”, algumas vezes tomando notas, e “exames” em que se verifica o que sabem, por meio de provas escritas e orais. Marcam-se alguns “trabalhos” para casa e na casa se supõe que o aluno “estuda”, - o que corresponde a fixar de memória quanto lhe tenha sido oralmente ensinado nas aulas (...) Esta pedagogia podia perfeitamente funcionar numa escola da Idade Média. A sua filosofia do conhecimento é de que o conhecimento é um corpo de informações sistematizadas sobre as coisas, que se aprendem, compreendendo-as e decorando-as para a reprodução nos exames<sup>8</sup>.

As primeiras manifestações do projeto escolanovista aqui Brasil podem ser situadas no período que se seguiu a Primeira Grande Guerra, sobretudo nos últimos anos das décadas de 1920 e 1930, quando intelectuais de formação liberal que endossavam, no âmbito educacional, as teses da Escola Nova e haviam sido os responsáveis pela maioria das reformas educacionais na primeira, acabaram, na segunda, por publicar o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), pelo qual postulavam bases pedagógicas renovadas e uma reformulação da política educacional brasileira.

A década de 1930 também assinalava, do ponto de vista econômico e da consequente reorganização social, “o fim da hegemonia agrária-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbana-industrial”<sup>9</sup>.

Os educadores que assumiram o que viria a ser a vanguarda de um projeto educacional renovador reuniam-se desde o final da década de 1920 em conferências nacionais promovidas pela Associação Brasileira de Educação - ABE, criada em 1924 para atuar junto aos poderes públicos no intuito de sensibilizá-los para as medidas que precisavam ser tomadas no sentido de solucionar os problemas mais graves da educação nacional. Entre essas conferências, merece destaque a IV Conferência Nacional de Educação, organizada em 1931 com o propósito de discutir as grandes diretrizes da educação popular, na qual o próprio Getúlio Vargas se fez presente, juntamente com o

---

<sup>7</sup> Moacir Gadotti, *História das ideias pedagógicas* (São Paulo: Editora Ática, 1993), p. 142.

<sup>8</sup> Anísio Teixeira, *Educação não é privilégio* (Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994), p. 46-47.

<sup>9</sup> Francisco Oliveira, *Crítica à razão dualista / O omitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003), p. 35.

ministro empossado na recém-criada pasta do Ministério da Educação e Saúde Pública – Mesp, Francisco Campos. A IV Conferência foi, na verdade, o divisor de águas entre católicos e liberais, ou entre defensores da educação tradicional e postulantes do escolanovismo, com projetos notadamente diferentes para a educação nacional. O evento iria influenciar a publicação do manifesto de 1932 por parte dos que buscavam a defesa da escola pública laica e gratuita.

Assim, os movimentos sociais, políticos e econômicos dos anos 1930 e 1940 ecoavam entre os educadores, posto que...

Os reformadores, pioneiros na defesa de um sistema nacional de educação, diagnosticaram a extensão do atraso brasileiro pelo analfabetismo em massa e clamavam por uma política de âmbito federal em favor da educação. As críticas são conhecidas. O Brasil era refém da voluptuosidade e do voluntarismo das elites locais; a educação brasileira, refém do elitismo, da imprevisibilidade de investimento, do desleixo dos governantes. Ressentia-se o país da falta de uma política de Estado que garantisse o acesso e o direito básicos à educação pública, leiga e gratuita. E não havia, sobretudo, planejamento, organização, confiança e regularidade nos projetos para o setor<sup>10</sup>.

Entre 1946 e 1964, o Brasil foi governado pelos cânones de uma nova Carta Constitucional, de cunho liberal, que procurou garantir as discussões ideológicas (e, possivelmente, educacionais) dentro da ordem democrática e republicana. Nesse contexto, tramitou durante treze anos o projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que passou por idas e vindas no Congresso Nacional e por uma comissão mista de estudos, composta por católicos tradicionais, escolanovistas e até antigos colaboradores do Estado Novo.

No final de 1958, o deputado Carlos Lacerda, membro da UDN (União Democrática Nacional, partido de base agrária e oligárquica), enviou ao Congresso, para ser incorporado na futura lei, um substitutivo - o substitutivo Lacerda, baseado nas teses do III Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino, que trazia os interesses dos donos das escolas privadas; da Igreja Católica, enquanto gestora de escolas confessionais também privadas, e das propostas da educação tradicional.

A ameaça de aprovação do substitutivo Lacerda fez com que educadores de várias tendências (mas especialmente escolanovistas) desencadeassem a Campanha em Defesa da

---

<sup>10</sup> Helena Bomeny, *Constelação Capanema: intelectuais e políticas* (Rio de Janeiro: Editora FGV/ Universidade São Francisco, 2001), p. 8.

Escola Pública e tornassem público, em 1959, o Manifesto dos Educadores Mais Uma Vez Convocados.

Nesse contexto ideologicamente rico temos a maior parte da atuação política e dos escritos de Anísio Teixeira colocando-se, como escolanovista e republicano, francamente favorável a escola pública.

### O ESCOLANOVISMO COMO PRINCÍPIO ANÍSIANO

Anísio Teixeira, ao defender a escola pública, situava-se em um dado lugar, respaldado em crenças, em convicções que o faziam ter certeza do que afirmava, mesmo indo de encontro ao seu próprio lugar social, como membro de uma elite econômica e fortemente arraigado ao catolicismo.

Em termos de discussão teórica, a unanimidade em relação a Anísio Teixeira é a sua estreita vinculação com os princípios do escolanovismo, sendo inclusive, por sua projeção histórica até os dias atuais, “...considerado o maior educador brasileiro participante do movimento renovador da educação nacional”<sup>11</sup>.

O movimento escolanovista pode ser estudado a partir dos diversos cenários contextuais que o configuraram enquanto pensamento pedagógico, sendo o primeiro desses cenários localiza-se em fins da Idade Média, quando o caráter elitista e privado da educação, como, aliás, ao longo de sua história em geral, relacionava-se estreitamente com o caráter estamental e discriminatório da sociedade feudal. Logo, o que não fosse nobreza ou clero, estava, por princípio, eliminado da condição de participação na vida política e na educação, sobremaneira.

O ponto de corte desse sistema de privilégios foi a Revolução Francesa (1789), na qual uma das reivindicações do chamado Terceiro Estado era a igualdade de direitos e deveres, em que se incluíam questões ligadas à educação, como a expansão do número de escolas e o acesso de crianças e jovens de qualquer origem social a essas. Tais reivindicações, segundo Mello, “...trouxeram à pauta das discussões (...) ideias sobre a importância de tornar direito de todos aquilo que até então havia sido privatizado por uma parte da sociedade: daí emergiram as propostas de publicização da instrução”<sup>12</sup>.

Surgiram, nesse momento e contexto histórico, princípios que passaram a adjetivar a educação, como a universalidade, a obrigatoriedade, a laicidade e a gratuidade. Na verdade, tais princípios atendiam a uma dupla função: garantiam algumas reivindicações de determinadas camadas sociais, que não a burguesia, que também faziam parte do chamado Terceiro Estado (da França revolucionária), e não vinham de encontro ao projeto de hegemonia da burguesia.

<sup>11</sup> Fátima Cunha Ferreira Pinto, *Filosofia da escola nova: do ato político ao ato pedagógico* (Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Niterói: Eduff, 1986), p. 89.

<sup>12</sup> Guiomar Mello, *Escola Nova, tecnicismo e educação compensatória* (São Paulo: Loyola, 1983), p. 20.

Entretanto, “...democratizar a educação no século XIX é uma exigência econômica e política, e vai ocorrendo nos diferentes países e por diferentes razões”<sup>13</sup>. E aquele configurou-se como um momento histórico exigente, com o capitalismo em uma nova fase de desenvolvimento e a necessidade de construção e/ou consolidação das nacionalidades. O século XIX ainda era o herdeiro “...do iluminismo, da razão, da ciência positiva (...) é preciso redimir os homens dos males do século (...) a educação do século XIX traz essa missão redentora, salvadora...”<sup>14</sup>. Mas a missão era deveras grande e a educação da passagem do século XIX para o XX não parecia dar conta de tamanho intento.

As novas exigências da fase capitalista instaurada em princípios do século XX, o exacerbamento das nacionalidades, que propiciava condições para a eclosão de conflito mundial, todas essas redefinições no cenário contextual levavam à seguinte conclusão: não adiantava, pura e simplesmente, ampliar o número de vagas e o acesso aos bancos escolares; era preciso uma “nova escola”, que contemplasse exatamente o que não funcionava bem na escola que existia, ou no processo ensino-aprendizagem. Até que se chegava à escola, porém, da forma como estava estruturada, ela não cumpria o seu fim último, de educar para a sociedade do século XX; era preciso, pois, uma nova escola.

No Brasil, a Escola Nova ganhou força a partir do final da década de 1920, quando educadores adeptos de seus pressupostos, entre eles Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, em especial, assumiram postos de comando na educação trazendo a crítica a velha escola tradicional vem o escolanovismo, embasado aqui no Brasil de sobremaneira nas ideias do educador norte-americano John Dewey (1859-1952).

O escolanovismo começou por efetuar a crítica à pedagogia tradicional, já que entendia ser preciso uma nova escola para o novo homem que estava nascendo com a civilização moderna, este que “...com novos hábitos de adaptabilidade e ajustamento, não pode ser formado pela maneira estática da escola tradicional que desconhecia o maior fato da vida contemporânea: a progressão geométrica com que a vida está a mudar...”<sup>15</sup>.

A Escola Nova veio, na percepção de Anísio, combater pressupostos da escola tradicional (o que ele chama de escola velha), os quais diziam respeito ao caráter suplementário que o Estado deveria assumir frente à educação; ao determinismo da ordem estática do mundo ao dogmatismo intransigente do seu ensino e ao domínio de certas habilidades que se julgava serem necessárias para o período adulto, em um futuro que se supunha conhecido<sup>16</sup>.

Teixeira defendia que a “teoria da educação nova é a tentativa de orientar a escola no sentido do movimento, já acentuado na sociedade, de revisão dos velhos conceitos

---

<sup>13</sup> Guiomar Mello, *Escola Nova*, p. 21.

<sup>14</sup> Guiomar Mello, *Escola Nova*, p. 24.

<sup>15</sup> Anísio Teixeira, *Porque Escola Nova?* *Boletim da Associação Bahiana de Educação* (Salvador: Livraria e Tipografia do comércio, 1930), p. 5.

<sup>16</sup> Anísio Teixeira, *Porque Escola Nova?*, p. 6.

psicológicos e sociais que ainda há pouco predominavam”<sup>17</sup>.

Assim, para a escola então vigente, o estudo “...é o modo de aprender uma lição. Aprender significa aceitar e fixar na memória (...) um fato” e, dessa forma, ensinar nada mais era do que uma simples “...doutrinação daqueles fatos ou conceitos” de conhecimento dogmático. Nesse universo estático da chamada escola velha, o professor “...prelecionava, marcava a seguir a lição e tomava-a no dia seguinte...”<sup>18</sup>, e o aluno era considerado bom quanto “...mais dócil (fosse) a essa disciplina, aquele que melhor se adaptava a esse processo livresco de se preparar para o futuro” (idem).

Era, pois, indispensável a renovação escolar. Esse fato devia-se, sobretudo, “...porque a educação que a criança recebia diretamente da família e da comunidade perderam o seu antigo caráter de eficiência e integração. E os deveres que cabiam antes a essas duas forças educativas, vieram acrescer os primeiros deveres puramente suplementares da escola”<sup>19</sup>. Veja-se que, para os defensores dessa nova escola, a família “perdia” o seu antigo caráter educativo e “delegava” essa função ao Estado.

Era tarefa dessa escola que estava surgindo “trazer a vida para a escola”<sup>20</sup>, a qual deveria ser o lugar onde a criança iria viver plena e integradamente. Assim, a diferenciação entre a escola nova e a escola velha estava posta. Para os teóricos da escola nova, não bastava apenas repassar à criança um mundo de informações; era preciso também “...aparelhar a criança para ter uma atitude crítica de inteligência, para saber julgar e pesar as coisas (...) para saber discernir (...) as tendências dominadoras, discernimento que lhe habituará a não perder sua individualidade e a ter consciência do que vai passando sobre ela pelo mundo afora...”<sup>21</sup>.

Nas teses escolanovistas também há “... um sentido de vida coletiva”<sup>22</sup>, sendo o homem considerado “...essencialmente um ser social”; a escola ainda seria a responsável pelo provimento de oportunidades para a prática da democracia nesta sociedade, “...democracia para o mestre e democracia para o aluno”<sup>23</sup>. E Anísio Teixeira complementava reforçando que “...a escola democrática é, por sua vez, a escola que põe em prática esse ideal democrático e procura torná-lo a atitude fundamental do professor, do aluno, da administração”<sup>24</sup>.

Enfim, a escola seria responsável por “...ajudar os nossos jovens, em um meio social

---

<sup>17</sup> Anísio Teixeira, *Pequena introdução à filosofia da educação: a escola progressiva ou a transformação da escola* (Rio de Janeiro: DP&A, 2000), p. 17.

<sup>18</sup> Anísio Teixeira, *Pequena introdução*, p. 17.

<sup>19</sup> Anísio Teixeira, *Porque Escola Nova?*, p. 7.

<sup>20</sup> Anísio Teixeira, *Porque Escola Nova?*, p. 8.

<sup>21</sup> Anísio Teixeira, *Porque Escola Nova?*, p. 8.

<sup>22</sup> Fátima Cunha Ferreira Pinto, *Filosofia da escola nova*, p. 71.

<sup>23</sup> Anísio Teixeira, *Porque Escola Nova?*, p. 8.

<sup>24</sup> Anísio Teixeira, *Educação e o mundo moderno* (São Paulo: Nacional, 1977), p. 209.

liberal, a resolver os seus problemas morais e humanos”<sup>25</sup>. Seria, assim, uma escola responsável por “...educar em vez de instruir; formar homens livres em vez de homens dóceis; preparar para um futuro incerto e desconhecido em vez de transmitir um passado fixo e claro...”, e, para cumprir esta tarefa, somente “...um novo programa, um novo método, um novo professor e uma nova escola”<sup>26</sup>.

Não se pode perder de vista que a teoria escolanovista surgiu no contexto das grandes crises mundiais, da Primeira e Segunda Guerra Mundial, quando havia a necessidade da reconstrução dos Estados Unidos como poder hegemônico, em uma proposta de ter que se aprender a fazer, como uma forma de equalização da sociedade; aprender a fazer para ocupar o espaço no cenário das classes sociais dadas.

Já, no contexto brasileiro, temos a emergência de uma economia baseada no capital comercial e industrial, com a predominância de assalariados urbanos. Esse capital de modelo industrial precisava de mão-de-obra pensante, de sujeitos não mais marginalizados pela sua ignorância, mas aceitos pelo grupo (mesmo que esse grupo fosse o da fábrica) e, assim, integrados à sociedade em seu conjunto.

Ora, se a escola nova não representou nenhuma grande revolução como esperavam seus defensores, ainda assim se apresentou como uma alternativa melhor que a tradicional escola velha, baseada no dogma inquestionável e no projeto fundamentado no princípio de autoridade da cristandade. Nesse sentido, de fato, se não era pregar uma revolução através da escola, ser escolanovista era ir de encontro aos princípios que embasavam esta autoridade e, mais do que isso, querer estender essa contrariedade a toda uma sociedade subjugada a esses mesmos princípios.

### COM A PALAVRA: ANÍSIO TEIXEIRA

Ao tomar a defesa da escola pública, ancorado nos princípios do escolanovismo e embasado pelo pensamento de John Dewey, Anísio Teixeira partia de três posicionamentos: a) a perspectiva nacionalista; b) a escola pública emparelhada com a democracia e, por conta das duas primeiras concepções, c) a garantia da universalização do acesso.

A sua luta maior consistia na busca da conquista da universalização da educação pública e gratuita. Em seus trabalhos ressaltou a importância da educação escolar para integrar o país na civilização letrada. Entendia a escola pública como uma máquina para a produção da democracia almejada, considerando-a como o mais significativo instrumento de justiça social e de correção das desigualdades

<sup>25</sup> Anísio Teixeira, *Porque Escola Nova?*, p. 8.

<sup>26</sup> Anísio Teixeira, *Porque Escola Nova?*, p. 8.

provenientes da posição e da riqueza. Considerava que o investimento na educação representava desenvolvimento social e pessoal, tendo como produto, resposta ou consequência a ascensão social, como acreditavam os liberais naquela época<sup>27</sup>.

Na concepção anisiana, a escola pública é a instituição de referência nacional por vocação, sendo capaz de erguer e sustentar a perspectiva nacionalista. Anísio afirmava que:

Só a escola, e uma escola verdadeiramente de estudos e de conhecimento do Brasil, poderá mostrar-nos o caminho para esse imenso esforço de emancipação nacional. Tal escola não poderá ser a escola privada, mas a escola pública, pois só esta poderá vir a inspirar-se nessa suprema missão pública, a de nacionalizar o Brasil<sup>28</sup>.

Na perspectiva do educador, a escola pública “... concorre para desenvolver a consciência nacional: ela é um dos mais poderosos fatores de assimilação como também de desenvolvimento das instituições democráticas”<sup>29</sup> sendo pois, crucial para a afirmação identitária da nação.

Sob esta responsabilidade, a escola pública também seria, na concepção anisiana, a instituição – por excelência – de ratificação da democracia. A escola pública seria a garantia da manutenção do estado plural e democrático, por ser “...o instrumento da integração e da coesão da grande sociedade, e se deve fazer o meio de transformá-la na grande comunidade<sup>30</sup>”.

A escola pública – a partir do seu conjunto de procedimentos, rituais internos e práticas pedagógicas - seria a máquina que prepararia e garantiria a democracia. Na visão de Anísio Teixeira: “só existirá democracia no Brasil no dia em que se montar no país a máquina que prepara as democracias. Essa máquina é a da escola pública”<sup>31</sup>.

Assim Anísio emparelhava escola pública com democracia, evidenciando que aquela era, por natureza, a instituição capaz de garantir essa, uma vez que

...a escola deve prover oportunidade para a pratica da democracia: – o regime social em que cada individuo conta plenamente como uma

<sup>27</sup> Célia Maria Ferreira Cordeiro, “Anísio Teixeira, uma visão do futuro”, *Estudos Avançados, São Paulo* Vol. 15: Nº 42: (2001), p. 242.

<sup>28</sup> Anísio Teixeira, “Educação e nacionalismo”, *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro* Vol.34: Nº 80: (1960), p. 208.

<sup>29</sup> Anísio Teixeira, “Mais uma vez convocados”, *Rio de Janeiro* Vol.4: Nº10: (1959), p. 31.

<sup>30</sup> Anísio Teixeira, “Escola pública é o caminho para a integração social”, *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos Brasília*, Vol.52: Nº 95: (1964), p. 213.

<sup>31</sup> Anísio Teixeira, *Educação para a democracia* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1936), p. 247.

peessoa (...) um regime que procure dar ao mestre e aos alunos o máximo de direção própria e de participação nas responsabilidades de sua vida comum<sup>32</sup>.

Era através da escola pública que se preparavam as gerações em formação para o exercício do que o educador considerava a verdadeira democracia: “...como democracia é acima de tudo o modo moral de vida do homem moderno, (...) a criança deve ganhar através da escola, esse sentido de independência e direção, que lhe permita viver com outros com a máxima tolerância, sem (...) perder a sua personalidade”<sup>33</sup>.

Anísio desconsiderava que a escolarização de todos os cidadãos fosse uma utopia, mas entendia-a como dever legal: “O problema da educação para todos é um problema legal, isto é, de singelo cumprimento do preceito constitucional. Desde que estabelecemos que a educação é um direito - e foi o que fizemos em nossa Constituição - a expansão da educação para todos se fez um dever do Estado no Brasil”<sup>34</sup>.

Dizia Anísio que a escola jamais fora, em tempo algum, a instituição que gerou revoluções; antes, foi o veículo para que os homens compreendessem e se adaptassem às transformações sociais em curso. Várias foram as manifestações do educador a esse respeito, sobretudo na tentativa de clarear suas reais posições e combater conceitos recorrentes sobre palavras consideradas chavões do comunismo e facilmente vinculadas a discursos de caráter mais progressista. “Educação significa socialização. As crianças se educam por um processo de socialização. Não tem o termo nenhum sentido socialista (...) o homem é um ser social e socializá-lo é integrá-lo em sua sociedade, é habilitá-lo a viver com os outros, a conviver, isto é, a viver, pois não se vive senão com os outros”<sup>35</sup>.

Explicitamente e discursivamente o educador defendia não uma escola revolucionária ou escola única, mas uma educação comum, posto que:

A ideia de ‘educação comum’, da escola pública americana ou da *école unique* francesa, não era nada disto. Não se cogitava de dar ao pobre a educação conveniente ao rico, mas, antes, de dar ao rico a educação conveniente ao pobre, pois a nova sociedade democrática não deveria distinguir, entre os indivíduos, os que precisavam dos que não precisavam trabalhar, mas a todos queria educar para o trabalho, distribuindo-os pelas ocupações, conforme o mérito de cada um e não segundo a sua posição social ou riqueza. [...] Não se tratava de generalizar a educação para os “privilégios”, mas de acabar com tais

<sup>32</sup> Anísio Teixeira, *Porque Escola Nova?*, p. 8.

<sup>33</sup> Anísio Teixeira, *Porque Escola Nova?*, p. 8.

<sup>34</sup> <<Entrevista com Anísio Teixeira>>, por Arnaldo Nogueira, *Falando francamente Programa de TV* (1958): p. 7.

‘privilégios’, em sua sociedade hierarquizada nas ocupações, mas desierarquizada socialmente<sup>36</sup>.

Tal conceito – de educação comum – só poderia ser amplamente desenvolvido em escolas públicas. Essa educação comum partia de uma premissa simples: “educação primária para todos, de qualidade tão boa e extensão tão grande quanto possíveis”<sup>37</sup>, que seria também a “escola primária para todos os brasileiros, capaz de lhes dar a educação básica, sem a qual lhes estamos a negar a própria condição para participar na aventura da construção de sua vida e da vida do Brasil”<sup>38</sup>.

Porém, dizer que a escola pública teria um caráter revolucionário, por estar atrelada ao entendimento de certos direitos e deveres constitucionais básicos de um país “democrático”, a uma significativa parcela da sociedade que era proibida de ter acesso a esses direitos justamente por não ser escolarizada (basta lembrar que, somente em 1985, os analfabetos teriam direito ao voto!), era, de fato, revolucionário, pois abalava estruturas cristalizadas de divisão do saber e do poder, atreladas diretamente à divisão do capital, onde “...em sociedade, como a nossa, a escola pública é, naturalmente, um instrumento quase revolucionário de expansão educacional (...) temos grande possibilidade de instituir uma escola pública mais livre de preconceitos, da rotina, do dogma que a escola particular”<sup>39</sup>, já que nesta sociedade a educação apresentava-se ainda como “...processo exclusivo de formação da elite, mantendo a grande maioria da população em estado de analfabetismo e ignorância”<sup>40</sup>.

Para Anísio, no entanto, a questão era mais ampla: era ir de encontro à tradicional divisão da sociedade brasileira entre os “letrados”, destinados a exercer os cargos de comando, e a imensa massa de ignorantes e desinformados. Educação para todos era, pois, ameaçar a tradicional divisão social:

A estrutura da sociedade, a nossa antiga e tradicional estrutura, era dual, bifurcava a sociedade em uma grande massa de ignorantes e uma elite letrada e ilustre, destinada esta às funções de governo. Enquanto a situação conservou a estabilidade indispensável para esse mínimo de educação assegurar a sua sobrevivência, não houve pregação que acordasse o País de sua estagnação educacional<sup>41</sup>.

---

<sup>35</sup> <<Anísio Teixeira>>, p. 2.

<sup>36</sup> Anísio Teixeira, Educação não é privilégio, p. 29.

<sup>37</sup> Anísio Teixeira, “O ensino cabe à sociedade”, *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro Vol. 31: Nº 74: (1959), p. 291.

<sup>38</sup> Anísio Teixeira, “O ensino cabe à sociedade”, p. 292.

<sup>39</sup> Anísio Teixeira, “O ensino cabe à sociedade”, p. 292.

<sup>40</sup> Anísio Teixeira, “Sou contra, sou a favor”, *Jornal Diário de Notícias*, Porto Alegre, 16 abril, 1958, p. 2.

<sup>41</sup> <<Anísio Teixeira>>, p. 1.

Nesse aspecto, chocava Anísio ver que dos poucos que tinham acesso à escola, ainda mais escassos eram os que concluíam a quarta série, sendo que todos os demais ficariam “...frustrados mentalmente e incapacitados para se integrarem em uma civilização industrial e alcançarem um padrão de vida de simples decência humana”<sup>42</sup>.

Havia, mesmo, um destaque muito grande à visão tradicional e elitista que se tinha da escola, como sendo a forma de preparar elites governantes com os mesmos princípios das já existentes. “Há quem pense que é melhor para o Brasil continuar assim como está - dócil rebanho de analfabetos, cegos e desprevenidos (...) assim pensam os (...) sabichões da ‘elite’ (...) cujos horizontes se apertam entre o reacionarismo mais teimoso e a hipocrisia mais untuosa”<sup>43</sup>.

Outro dado interessante é o fato de Anísio julgar que a educação não podia ser um privilégio, pois, assim, não colaborava no desenho do novo país que a nova sociedade necessitava. Sendo um privilégio, a educação torna-se estética, servindo apenas para diferenciar os educados dentro de uma massa de deseducados:

A gravidade não está, porém, somente na escassez de educação. Está, sobretudo, na sua qualidade. Continua, a despeito de tudo, a ser uma educação seletiva, não melhorando propriamente o nível geral da vida brasileira, mas preparando alguns para o gozo dos privilégios de ser educado dentro de uma massa de deseducados. Esse fato de a educação ser ainda um privilégio em nosso País, facilita o seu formalismo, senão a sua simulação e lhe retira as sanções sociais, que lhe seriam totalmente infligidas, se fosse ela bem de todos, a ser julgada pela sua eficácia e qualidade<sup>44</sup>.

A escola, na visão de Anísio, era a mais abandonada e cobrada dentre as instituições, justamente por sobre ela pesar o ônus de ser a responsável pela formação nacional. Quanto mais ampla, tanto mais amplo seria o conceito de democracia, pois viria na amplitude da escola a amplitude de condições de participação na sociedade democrática.

A escola tem sido quase sempre o último dos refúgios para o preconceito, a rotina, o dogma, o tradicionalismo cego ou os interesses mais egoísticos. Pobre escola! É a mais humilde, a mais mandada das instituições e, ao mesmo tempo, o bode expiatório de todas as nossas

---

<sup>42</sup> Anísio Teixeira, “Sou contra, sou a favor”, p. 3.

<sup>43</sup> Joel Silveira, “O crime de Anísio”, *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 18 abril, 1958, p. 2.

<sup>44</sup> <<Anísio Teixeira>>, p. 2.

deficiências. Dela tudo se espera e nada se lhe permite! Quanto mais abandonada, mais culpada fica de tudo que nos suceda!<sup>45</sup>

Em sua concepção, a escola primária deveria ser pública, pois seria a escola para todo o povo, a escola mínima necessária para que cada brasileiro colaborasse com o seu país e com a democracia, pois “O ensino primário tem de ser normalmente ensino público, pois se destina a todo o povo, com largas camadas incapazes de custeá-lo com as suas rendas pessoais”<sup>46</sup>, uma vez que, de acordo com Anísio, já... “são velhas as origens de nossa educação para a elite, ou para a formação dos quadros de governo e da burocracia”<sup>47</sup>.

## CONCLUSÃO

O século XX, caracterizou-se, no Brasil, pela sucessão de conjunturas de democracia X ditadura; pelos movimentos de nacionalização e modernização; pelos rescaldos da Guerra Fria que, internacionalmente, polarizava o mundo entre Estados Unidos e União Soviética e, internamente, estabelecia uma série de restrições, baseadas no senso comum em sua maioria, à doutrina comunista; a refração do projeto fundamentado no princípio de autoridade assumido pela Igreja Católica e o avanço do laicismo, entre outros movimentos. O somatório desse momento ideologicamente rico propiciou boa parte dos debates sobre a escola pública brasileira, com a participação direta de Anísio Teixeira.

Ratificar ou negar a escola pública era ratificar ou negar o que nela seria ensinado: a formação do novo homem para a nova sociedade, o que Anísio Teixeira e tantos outros intelectuais queriam para o desenvolvimento do país. Não era possível buscar o desenvolvimento nacional em um país que não acompanhava o ritmo imposto pela modernidade e pela industrialização. Para tal, era fundamental que a escola interferisse, modificando sua forma de atuar e passando da ratificação para a retificação; do conteúdo dogmático para a preparação do novo homem indispensável para a industrialização.

Essa escola pública, para Anísio, nada mais era do que o sonho liberal decantado pela Revolução Francesa ainda no século XVIII e que nada tinha de socialista ou comunista, já que a escola, para o educador baiano, não alteraria a ordem social; seria apenas a escola comum, a “... agência de educação dos trabalhadores comuns”<sup>48</sup>, ou ainda “... uma escola primária organizada e séria, (...) destinada à formação básica e comum do povo brasileiro”<sup>49</sup>, para que cada um pudesse dar sua parcela de contribuição na construção do país, afinal, nada tão revolucionário assim.

Anísio Teixeira comove por ter sido, talvez, o mais perseguido, o mais

<sup>45</sup> Anísio Teixeira, “O ensino cabe à sociedade”, p. 290.

<sup>46</sup> Anísio Teixeira, “O ensino cabe à sociedade”, p. 292.

<sup>47</sup> <<Anísio Teixeira>>, p. 7.

<sup>48</sup> Anísio Teixeira, Educação não é privilégio, p. 45.

<sup>49</sup> Anísio Teixeira, “Sou contra, sou a favor”.

descaracterizado dos educadores brasileiros. No Estado Novo, cedendo às pressões do governo Vargas, exilou-se no Sertão da Bahia. Voltou à cena em meados da década de 1940, encampando, segundo seus ideais, diversos projetos educacionais de frutos profícuos, como o Inep e a Capes. Sofreu intenso bombardeio da patrulha ideológica dos privatistas liderados pela Igreja Católica, quando foi discutido o projeto daquela que seria a LDB 4.024/61. Teve suas ideias deturpadas e proibidas. Quando lhe acenaram com possibilidades de virada contra o conservadorismo de seus opositores (no governo Jango), eis que o golpe militar de 1964 o afastou novamente das atividades no campo da educação, deixando que o exterior admirasse e valorizasse o intelecto de Anísio, coisa que andava proibida aqui em solo pátrio. Morreu de forma pouco explicada em 1971. Seguramente, Anísio teria resistido à ditadura e sobrevivido para colher os louros da resistência, como os seus contemporâneos (entre eles Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes e, mesmo, Paulo Freire).

A maior descaracterização de suas ideias ocorreria, entretanto, nas décadas de 1970 e 1980, imediatamente posteriores a sua morte, quando a correnteza intelectual apontou para novos rumos, e nem a chamada direita, menos ainda a esquerda, queriam em suas fileiras um liberal (mesmo post-mortem) vinculado ao pensamento americano (para muitos americanista) de Dewey. Parecia que ler Anísio Teixeira era retroceder, voltar. Criou-se, então, uma “tradição esquecida”<sup>50</sup> visto que defender o pensamento anisiano parecia ser fora de propósito.

Foi somente em meados da década de 1980, com a fundação do Instituto Anísio Teixeira, e mais intensamente na década de 1990, com a reedição de vários de seus livros e a proximidade do centenário de seu nascimento, que Anísio parece ter reocupado seu lugar entre os grandes educadores do Brasil.

Como conclusão, deseja-se ratificar a importância do pensamento do educador para a construção dos discursos e práticas em defesa da escola pública brasileira, em vigor ainda hoje.

---

<sup>50</sup> Ana Waleska Mendonça y Brandão Zaia, *Uma tradição esquecida: Por que não lemos Anísio Teixeira?* (Rio de Janeiro: Raval, 1997).

## Referências

### Fontes Primárias

- Entrevista com Anísio Teixeira. Por Arnaldo Nogueira, *Falando francamente Programa de TV* (1958. Disponível em: <http://www.prossiga.br/anisioteixeira/> Acesso em 18/10/2015.
- Teixeira, Anísio. “Educação e nacionalismo”. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, Vol.34, N° 80, out./dez. 1960.
- Teixeira, Anísio. “Escola pública é o caminho para a integração social”. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, Vol. 52, N° 95, jul/set. 1964.
- Teixeira, Anísio. “Mais uma vez convocados”. *Rio de Janeiro*, Vol.4, N° 10, abril 1959.
- Teixeira, Anísio. “O ensino cabe à sociedade”. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, Vol.31, N° 74, 1959.
- Teixeira, Anísio. “Sou contra, sou a favor”. *Jornal Diário de Notícias*, Porto Alegre, 16 abril 1958.
- Teixeira, Anísio. *Educação e o mundo moderno*. São Paulo: Nacional, 1977.
- Teixeira, Anísio. *Educação não é privilégio*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.
- Teixeira, Anísio. *Educação para a democracia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.
- Teixeira, Anísio. *Pequena introdução à filosofia da educação: a escola progressiva ou a transformação da escola*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- Teixeira, Anísio. *Porque Escola Nova? Boletim da Associação Bahiana de Educação*. Salvador: Livraria e Tipografia do comércio, 1930. Disponível em: <http://www.prossiga.br/anisioteixeira/> Acesso em 18/10/2015.

### Fontes Secuandárias

- Bardin, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Trad. Luiz Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 7, 2007.
- Bomeny, Helena (Org). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV/ Universidade São Francisco, 2001.
- Cordeiro, Célia Maria Ferreira. “Anísio Teixeira, uma visão do futuro”. *Estudos Avançados*, São Paulo, Vol. 15, N° 42, 2001.
- Gadotti, Moacir. *História das ideias pedagógicas*. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- Mello, Guiomar. (Org.). *Escola Nova, tecnicismo e educação compensatória*. São Paulo: Loyola, 1983.
- Mendonça, Ana Waleska y Zaia Brandão. (Org.) *Uma tradição esquecida: Por que não lemos Anísio Teixeira?* Rio de Janeiro: Ravil, 1997.
- Nunes, Clarice. “Anísio Teixeira entre nós: A defesa da educação como direito de

todos”. *Educação & Sociedade*, Ano XXI, N° 73, Dezembro 2000.

- Oliveira, Francisco. *Crítica à razão dualista / O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- Pinto, Fátima Cunha Ferreira. *Filosofia da escola nova: do ato político ao ato pedagógico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Niterói: Eduff. 1986.
- Silveira, Joel. “O crime de Anísio”. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 18 abr. 1958. Localização do documento: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC - Arquivo Anísio Teixeira - ATj61 - Capturado do site <http://www.prossiga.br/anisioteixeira/>, em 22 de junho de 2016.